



PODER JUDICIÁRIO
ACADEMIA JUDICIAL
de Santa Catarina



PLANO DE
Desenvolvimento
EDUCACIONAL
2023 - 2024

Corpo Diretivo do Tribunal de Justiça - Biênio 2022/2024

Desembargador João Henrique Blasi

Presidente

Desembargador Altamiro de Oliveira

Primeiro Vice-Presidente

Desembargadora Denise Volpato

Corregedora-Geral da Justiça

Desembargador Getúlio Corrêa

Segundo Vice-Presidência

Desembargador Gerson Cherem II

Terceiro Vice-Presidência

Desembargador Rubens Schulz

Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Diretoria-Executiva da Academia Judicial - Biênio 2022/2024

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli

Diretor-Executivo

Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo

Vice-Diretor-Executivo

Juíza Paula Botke e Silva

Diretora de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos da Magistratura

Juiz Humberto Goulart da Silveira

Diretor de Capacitação de Serviços Judiciários

Juiz Jefferson Zanini

Diretor de Formação Inicial da Magistratura e de Projetos Especiais

Juiz Frederico Andrade Siegel

Diretor de Pesquisa, Extensão e Comunicação Institucional

Juiz Leandro Ernani Freitag

Subdiretor de Capacitação de Serviços Judiciários

Alexandre dos Anjos

Secretário-Executivo



Nota à Comunidade AJ

O Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) considera as especificidades do Poder Judiciário catarinense, articulando o ensino e a aprendizagem naquilo que academicamente se denominada de “ensinagem”. Trata-se – a “ensinagem” – de um processo em que a teoria e a prática são direcionadas para alcançar os objetivos de formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores e, também, para possibilitar um desenvolvimento profissional alinhado às demandas institucionais do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC).

Referido instrumento poderá servir como um modelo de processo de trabalho a cada biênio no futuro, e ainda, servirá de base para a elaboração dos projetos pedagógicos e planos de ensino dos cursos e eventos para o biênio 2023/2024. Contudo, não tem a finalidade de limitar as possibilidades de inserção e realização de ações formativas que se apresentem durante o caminho, visto que a Academia Judicial (AJ), desde a sua criação, tem como missão a preparação de cursos oficiais de aperfeiçoamento e promoção de magistrados e servidores.

Posto isso, não é demais considerar que o conjunto de informações que foram obtidas e estão disponíveis ao longo deste documento são imprescindíveis para AJ, pois são fruto do diálogo democrático e participativo com os integrantes deste Poder, visando a criação de um ambiente que favoreça o desejo de aprender e contribua para a melhoria da prestação jurisdicional à sociedade catarinense.

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli

Diretor-Executivo



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 OBJETIVOS	6
2.1 Objetivos gerais	6
2.2 Objetivos específicos	6
3 ARQUITETURA METODOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DO PDE – 2023/2024.....	7
3.1 – Fase 1 – Estruturação do Projeto	9
3.2 – Fase 2 – Diagnóstico Educacional e Planejamento	9
3.2.1 Coleta de dados	10
3.2.2 Análise e filtro	11
3.2.3 Estruturação	11
3.3 – Fase 3 - Execução	11
3.4 – Fase 4 - Avaliação	12
4 LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO	12
4.1 Necessidade identificada pela Segunda Vice-Presidência	12
4.2 Necessidades identificadas pelos magistrados	12
4.2.1 Temas por área do conhecimento	13
4.3 Necessidades identificadas pelos servidores	16
4.4 Necessidades identificadas pelas unidades de apoio jurisdicional e administrativas	18
5 PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA 2023	29
6 METAS	32
7 RESULTADOS E EXPECTATIVAS	32
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32

1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) da Academia Judicial, idealizado pela Diretoria de Formação Inicial da Magistratura e de Projetos Especiais em conjunto com a Secretaria-Executiva, tem como objetivo estratégico o ensino voltado ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário catarinense para o desempenho do serviço forense.

O PDE foi elaborado de forma colaborativa e democrática, com base em pesquisas acerca do nível de relevância de temas previamente selecionados por área de conhecimento. Os formulários com os temas de relevância foram submetidos ao crivo de magistrados, servidores e gestores administrativos do Tribunal de Justiça.

A estruturação do plano, baseada em escalas de relevância resultantes dos critérios objetivos da pesquisa, otimiza a gestão das atividades formativas proporcionando o atendimento das necessidades dos magistrados e servidores de acordo com as especificidades de cada região, bem como confere maior precisão na definição das modalidades de ensino e dos períodos de realização dos cursos. Além disso, possibilita à AJ identificar a necessidade de incluir novos docentes para compor seus quadros.

O PDE será devidamente acompanhado durante o biênio 2023/2024 para que se avalie se as temáticas sugeridas estão alcançando as metas e os resultados esperados pela AJ, pelo seu público-alvo (magistrados e servidores), bem como pela sociedade catarinense enquanto beneficiária dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

2 OBJETIVOS

De acordo com seu poder de alcance, os objetivos foram classificados como gerais e específicos do PDE.

2.1 Objetivos gerais

Constituem objetivos gerais:

Disponibilizar aos dirigentes da AJ informações que subsidiem a tomada de decisão em relação às demandas formativas destinadas ao aprimoramento e ao desenvolvimento dos saberes dos magistrados e servidores para o desempenho de suas funções jurisdicionais e administrativas;

Mapear as temáticas primordiais para atender às metas estabelecidas no objetivo estratégico "Aprendizagem e Crescimento" do Planejamento Estratégico do PJSC – 2021/2026.

Orientar taticamente a equipe técnica da AJ para a implementação das demandas formativas.

2.2 Objetivos específicos

Constituem objetivos específicos:

Identificar as necessidades de formação continuada;

Possibilitar que magistrados, servidores e unidades administrativas e jurisdicionais revelem as suas necessidades de formação;

Fomentar o levantamento participativo de necessidades de formação, com a finalidade de contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

Constituir o banco de formadores, por eixo de conhecimento, para atender as demandas de formação;

Ofertar projetos de formação de maneira customizada para as demandas do público-alvo;

Possibilitar espaços formativos para troca de experiências entre magistrados

e servidores que, embora atuem na mesma área, trabalham em regiões diferentes do estado;

Publicar e difundir o processo avaliativo das atividades formativas como forma de valorizar e estimular a retroalimentação do PDE;

Utilizar a tecnologia nos processos de levantamento de necessidades de formação.

3 ARQUITETURA METODOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DO PDE – 2023/2024

Visando implementar um modelo de processo de trabalho com métodos específicos alinhado à cultura e ao conhecimento organizacional a ser aplicado de forma perene pela AJ, o PDE foi idealizado de modo a atender os seguintes princípios:

Promover um processo de formação contínuo orientado para o desenvolvimento humano e profissional de magistrados e servidores;

Impulsionar os saberes individuais e estimular o desenvolvimento de novas habilidades e atitudes;

Harmonizar os propósitos institucionais com as necessidades de formação individuais e coletivas, gerando impacto positivo na sociedade catarinense; e

Melhorar a qualidade e ampliar a quantidade de ações formativas em consonância com a capacidade produtiva da equipe técnica da AJ.

Assim, com base nessas premissas a Figura 1 ilustra a metodologia aplicada na construção do PDE, que foi dividida em 4 (quatro) fases, quais sejam: estruturação do projeto, diagnóstico educacional e planejamento, execução e avaliação.

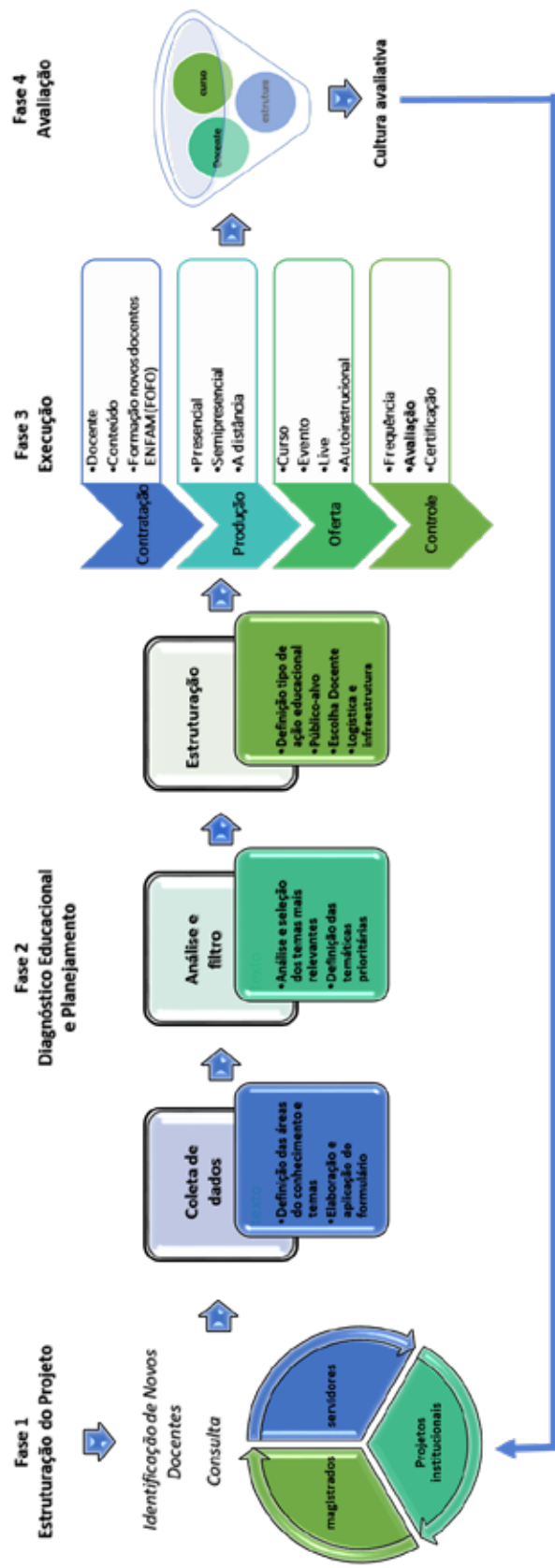


Figura 1 - Esquema da metodologia aplicada para construção do PDE – 2023/2024.

3.1 – Fase 1 – Estruturação do Projeto

Como elemento estruturante inicial da construção do PDE, foi realizada a análise da composição do quadro de formadores para diagnosticar, de forma prévia, eventuais situações problemáticas quando da elaboração das ações formativas.

Com esse movimento proativo, percebeu-se a necessidade de ampliação de novos docentes em cursos de formação credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Diante disso, foi elaborado um formulário para investigar o interesse dos magistrados em integrar o corpo de formadores da AJ, inclusive com a indicação das áreas de conhecimento em que poderiam atuar e a titulação acadêmica.

Como resultado, foram identificados 40 (quarenta) magistrados interessados com as seguintes titulações: 8 doutores, 20 mestres, 11 especialistas e 1 bacharel e, na sequência oferecidos os Cursos de Formação de Formadores – Nível I – Módulo I – ENFAM; Formação de Instrutores em Mediação e Conciliadores Judiciais – ENFAM e Formação de Tutores no Contexto da Magistratura – ENFAM - EaD.

3.2 – Fase 2 – Diagnóstico Educacional e Planejamento

Para que o planejamento alcançasse os objetivos traçados no PDE, foi preciso subdividi-lo em 3 (três) etapas: coleta de dados, análise e filtro e estruturação. Essa medida permitiu uma noção mais abrangente dos elementos e aspectos das necessidades de formação, visto que deve estar adequado a categorias/pessoas diferentes, e ainda, guardar relação com os interesses da organização.

Em função disso, foram gerados três conjuntos de elementos padronizados, servindo de matrizes de referência para os dados de entrada em relação as necessidades de formação no âmbito organizacional do PJSC.

A primeira matriz de referência construída foi uma matriz genérica comum, onde foram estabelecidos 197 (cento e noventa e sete) temas categorizados, organizados em 12 (doze) áreas de conhecimento para coleta de dados junto aos magistrados. Referida matriz foi ordenada de maneira que cada cabeçalho corresponde a uma área de conhecimento e cada linha a diferentes temas, os quais seriam selecionados utilizando a escala de importância com os seguintes fatores: Alta relevância, Relevante, Média Relevância, Baixa Relevância e Irrelevante.

Já a segunda matriz temática teve seu desenho baseado nas atribuições dos cargos e o mapeamento de competências realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e foi dirigida aos integrantes das categorias funcionais – a TJA, Analista Jurídico e Assessor de 1º Grau, Assistente Social e Psicólogo, Oficiais (Justiça, Avaliador, Comissário e Infância e Juventude), Secretário de Foro / Chefe de

Secretaria e Assessor de 2º Grau – seguindo também a escala citada acima.

Importante registrar que, nas duas matrizes citadas foi oportunizado aos respondentes a indicação de temas que não constavam da listagem pré-selecionada.

Por outro lado, diferente das anteriores na terceira matriz a AJ buscou o olhar de cada Unidade Administrativa/Jurisdicional, ou seja, cada Unidade foi incentivada a pensar em temáticas para as ações formativas vinculadas não somente a atividades desempenhadas diariamente pelos servidores, mas principalmente direcionadas ao alcance dos resultados institucionais no médio e longo prazo.

3.2.1 Coleta de dados

Partindo dos referenciais de construção das matrizes para o levantamento dos dados, a estratégia utilizada foi o envio de uma mensagem eletrônica pelo Diretor-Executivo da Academia Judicial dirigida aos magistrados e servidores, convidando-os a contribuírem com a construção do PDE para preencherem o formulário e apresentarem sugestões de novos temas.

Para os magistrados, houve a disponibilização, pelo menos vinte dias antes, da realização de cada edição dos seminários da magistratura – Chapecó, Criciúma, Balneário Camboriú e Capital – de um formulário eletrônico por intermédio do módulo de Avaliação Institucional do Sistema da AJ. Naquele documento foram lançadas as temáticas por área do conhecimento, atribuídas notas de 5 a 1 com peso entre 10 e 0, respectivamente, visando estabelecer a sequência de importância atribuída pelos magistrados a cada um dos temas, bem como de acordo com a sua região. Com isso, buscou-se de garantir o maior envolvimento possível dos magistrados, considerando o desempenho de suas funções e o volume de trabalho que envolve a sua rotina profissional.

De modo semelhante, os integrantes das categorias funcionais receberam o formulário específico mediante links disponibilizados por e-mail, enquanto que as Unidades Administrativa/Jurisdicional foram consultadas por intermédio de pesquisa direta às chefias imediatas, com o objetivo de alinhar as demandas de formação de suas equipes às necessidades organizacionais, mediante análise do ambiente externo e interno das unidades. Dessa forma, cada unidade elaborou um demonstrativo de atividades de formação para os seus servidores, indicando as temáticas e a prioridade de execução.

3.2.2 Análise e filtro

Na etapa de análise e filtro, primeiramente foi estabelecido um ranqueamento de todos os temas e das áreas do conhecimento que foram submetidas à apreciação e escolha dos magistrados. A seguir, foram selecionados os 20 (vinte) temas com maior pontuação por região e, na sequência, em um segundo filtro, determinada a classificação dos 5 (cinco) temas com maior pontuação em todas as regiões.

No caso da matriz temática das categorias funcionais, a partir da tabulação dos dados das escalas por ordenação de importância foi adotado o mesmo critério de classificação, qual seja, a identificação dos 5 (cinco) temas com maior quantidade de respostas de alta relevância como prioritários, atribuindo-se aqueles com menor valor no somatório a consideração de menos importantes.

A partir desses elementos de análise e filtro foi possível identificar as temáticas mais relevantes aos magistrados e servidores, conforme poderá se observar a seguir.

3.2.3 Estruturação

A fase de estruturação, onde serão definidas as estratégias da ação educacional como o tipo de ação educacional, o docente, a carga horária, a modalidade, etc., ficará a cargo da equipe técnica da AJ, sob a supervisão e aprovação dos diretores das áreas de formação de magistrados e servidores, respectivamente.

Nas ações formativas, a equipe da AJ priorizará a utilização de métodos ativos combinados com estratégias de aprendizagem que problematizam o conhecimento e estabeleçam relação entre teoria e prática, bem como o uso de boas práticas que possibilitam a resolução da situação-problema institucional.

Desse modo, acredita-se que a abordagem do ensino e aprendizagem - "ensinagem" - de cada ação formativa poderá produzir sentido e significado para o indivíduo em formação, proporcionando um novo olhar quanto aos seus processos pessoais e profissionais e, também para o PJSC, ao passo que agregará valor na prestação dos seus serviços à sociedade.

3.3 – Fase 3 - Execução

Buscando a melhor interação entre a AJ e a sua comunidade, as ações formativas desenvolvidas seguem um intenso e rigoroso processo de produção, divulgação e acompanhamento por intermédio da equipe da AJ, bem como recursos orçamentários-financeiros, físicos e tecnológicos, os quais dão suporte ao processo operacional administrativo e pedagógico, uma vez que podem ocorrer tanto no âmbito interno como no âmbito externo.

3.4 – Fase 4 - Avaliação

Apoiada no Programa de Autoavaliação Institucional (PAI), aprovado em 2020, o PDE seguirá os níveis de avaliação já institucionalizados, quais sejam: de aprendizagem, de reação, de aplicação/egresso e de resultado.

A avaliação de aprendizagem utilizada pelo docente visa analisar se os saberes, habilidades e atitudes foram assimilados pelos participantes da ação formativa.

Já a avaliação de reação é feita pelos participantes, ao término de cada ação formativa, e consiste num levantamento de informações acerca das suas impressões com relação a conteúdo, instrutores, recursos educacionais, ambiente, instalações e outros.

Por outro lado, a avaliação de aplicação/egresso tem a finalidade de identificar se o participante está utilizando no seu cotidiano laboral os conhecimentos, as habilidades e as atitudes decorrentes de determinada ação formativa.

E, por fim, a avaliação de resultado tem como objetivo analisar se a ação formativa contribuiu para o alcance dos diferentes objetivos estratégicos da Instituição, melhorando seus indicadores internos e externos.

4 LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

Relatam-se, a seguir, as necessidades de formação apresentadas pela Segunda Vice-presidência, pelos magistrados, pelos servidores e pelas unidades jurisdicionais e administrativas.

4.1 Necessidade identificada pela Segunda Vice-Presidência

O Desembargador Getúlio Corrêa, Segundo Vice-Presidente, encaminhou o Ofício n. 002/2022 - NUGEPNAC, no qual requer a inclusão do tema “**precedentes**” no plano de formação dos magistrados.

4.2 Necessidades identificadas pelos magistrados

Participaram do processo mais de 500 magistrados, conforme Quadro 1, que apresenta dados das cinco regiões.

Quadro 1 – Participação dos magistrados

Seminário	Comarcas	Número de magistrados consultados*
Chapecó	Lages, Fraiburgo, Joaçaba, Chapecó, São Miguel do Oeste e demais comarcas das regiões Oeste e Meio-Oeste.	83
Criciúma	Criciúma, Tubarão, Lages, Palhoça e demais comarcas das regiões Sul, planalto serrano e Grande Florianópolis.	101
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú, Blumenau, Joinville, Canoinhas, Ituporanga e demais comarcas das regiões do Vale do Itajaí, planalto norte e Norte.	171
Capital**	Capital	162
	TOTAL	517

* De acordo com a lista de lotação dos magistrados disponível no site TJSC.

**Incluindo desembargadores.

4.2.1 Temas por área do conhecimento

Foram levantados variados temas em doze áreas de conhecimento, conforme dados a seguir (quadros de 2 a 13).

Quadro 2 – Inovação e tecnologias

As mídias sociais e o juiz
<i>Cybercrimes</i>
Direito penal informático
Funcionalidades e automação do sistema Eproc
Jurimetria e gestão de dados
Justiça 4.1
Lei do Marco Civil da Internet
Proteção de dados e privacidade
Redes sociais e proteção da imagem

Quadro 3 – Gestão judiciária

A direção do foro e o poder correicional nas atividades notariais e registrais
Gestão unificada de unidades judiciárias, incluindo triagem complexa
Inteligência artificial
Litigância predatória
Procedimento administrativo disciplinar

Quadro 4 – Direito, processo e execução penal

A prova no processo penal (inclusive técnicas de análise)
Audiência de custódia e seus desdobramentos processuais
Depoimento especial
Interceptação telefônica e quebra de sigilos
Lei de Execução Penal
Medidas e prisões cautelares e liberdade provisória
Nulidades
Organizações criminosas e novos métodos de persecução penal
Pacote anticrime
Provas digitais
Violência doméstica e familiar contra a mulher

Quadro 5 – Direito privado e processual civil

Dissolução de sociedades, recuperação judicial e falência
Execução, embargos, cumprimento de sentença e impugnação
Litigiosidade coletiva, complexa e estrutural
Novos danos (dano existencial, dano por perda de uma chance, dano moral coletivo)
Poderes instrutórios do juiz
Provas digitais
Responsabilidade civil contratual e extracontratual
Tutelas de urgência e de evidência

Quadro 6 – Filosofia e teoria do direito

Aproximações e diferenças dos sistemas da <i>common law</i> e da <i>civil law</i>
Efetividade das decisões judiciais
Ética e deontologia jurídica
Lógica jurídica
Teoria política
Teorias da decisão judicial (hermenêutica e argumentação jurídica)
Teorias de Justiça

Quadro 7 – Direito constitucional

Ações constitucionais
Controle de convencionalidade
Direitos fundamentais e direitos humanos
Hermenêutica constitucional
Liberdade de expressão e <i>fake news</i>
Políticas públicas e direitos sociais
Princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana

Quadro 8 – Direito público

Desapropriações
Judicialização da saúde
Lei n. 14.133/2021 (licitações e contratos)
Lei de improbidade administrativa
Princípios fundamentais do direito administrativo
Processo administrativo
Registros públicos
Servidores públicos

Quadro 9 – Juizados especiais e métodos consensuais de resolução de conflitos

Aplicação do CPC nos juizados especiais
CEJUSCs presenciais e virtuais
Comunicação não violenta
Justiça multiportas (mediação, conciliação, arbitragem e negociação)
Justiça restaurativa
Princípios dos juizados especiais
Procedimento nos juizados especiais cíveis
Procedimento nos Juizados Especiais da Fazenda Pública

Quadro 10 – Direito de família e infância e juventude

Alienação parental
Alimentos, guarda e obrigações nas novas relações familiares
Ato infracional e medidas socioeducativas
Audiência concentrada
Destituição do poder familiar e adoção
Filiação registral, biológica e socioafetiva
Guarda unilateral e compartilhada
Inspeções em centros de atendimento socioeducativo
Inspeções nas entidades e serviços de acolhimento
Medidas protetivas
Multiparentalidade e famílias simultâneas
Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente

Quadro 11 – Direito residual e outros temas

Depoimento especial
Direito eleitoral
Direitos humanos
Língua portuguesa
<i>Media training</i> e oratória
Noções de economia
Psicologia jurídica
Técnicas de coleta de depoimentos e interrogatório
Técnicas de elaboração de pronunciamentos
Tiro defensivo real

Quadro 12 – Pós-Graduação

Doutorado em ciências jurídicas
Especialização em direito e gestão judiciária
Especialização em gestão de conflitos
Especialização em gestão estratégica no PJSC
Mestrado em ciências jurídicas
Mestrado profissional em direito

Quadro 13 – Capacitação de servidores

Atendimento ao público
Depoimento especial
Especialização em direito e gestão judiciária
Língua portuguesa
Mediação e conciliação
Mestrado profissional em direito
Perícia psicológica e estudo social
Produção de minutas de despacho, decisões e sentenças
Sistema Eproc
Sistemas de consulta e de cadastros do CNJ

4.3 Necessidades identificadas pelos servidores

Foram priorizadas consultas às categorias do 1º e 2º grau de jurisdição que possuem competências e atribuições específicas vinculadas à atividade-fim do Poder Judiciário catarinense. Assim, participaram do processo as categorias funcionais elencadas no Quadro 14.

Quadro 14 – Categorias de servidores consultados

	Categoria Funcional	Número de respondentes
1	TJA, Analista Jurídico e Assessor de 1º Grau	1077
2	Assistente Social e Psicólogo	95
3	Oficiais (Justiça, Avaliador, Comissário e Infância e Juventude)	163
4	Secretário de Foro / Chefe de Secretaria	85
5	Assessor de 2º Grau	93

Os resultados da aplicação dos formulários estão discriminados nos quadros 15, 16, 17, 18 e 19.

Quadro 15 – TJA, analista jurídico e assessor 1º grau

Sistemas Eproc, SEUU e BNMP
Capacitação em processo civil e direito civil
Língua portuguesa
Elaboração de minutas de despacho, decisões e sentenças- técnicas jurídicas e linguísticas
Capacitação em direito constitucional

Quadro 16 – Assistente Social e Psicólogo

Perícia psicológica e estudo social
Adoção
Atendimento psicossocial de crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência doméstica e familiar
Alienação parental
Programas de atendimento do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente
Multiparentalidade
Capacitação em direito de família e infância e juventude

Quadro 17 – Oficiais (justiça, avaliador, comissário e infância e juventude)

Avaliação de bens
Cumprimento de mandados judiciais
Capacitação em direito de família e infância e juventude
Capacitação em processo penal e direito penal
Capacitação em processo civil e direito civil

Quadro 18 – Secretário de foro/chefe de secretaria

Sistema eletrônico de informações (SEI)
Processo administrativo disciplinar
Atividade correcional e análise da viabilidade financeira nos serviços notarial e registral
Liderança e gestão de pessoas
Estatuto Jurídico Disciplinar dos Servidores Públicos (LC n. 491/2010)

Quadro 19 – Assessor de 2º grau

Elaboração de minutas de acórdãos- técnicas jurídicas e linguísticas
Capacitação em processo civil e direito civil
Capacitação em direito constitucional
Sistemas Eproc, SEUU e BNMP
Língua portuguesa

4.4 Necessidades identificadas pelas unidades de apoio jurisdicional e administrativas

4.4.1 Unidades de apoio jurisdicional

As necessidades identificadas pelas unidades de apoio jurisdicional estão elencadas nos quadros a seguir (do 20 ao 27).

Quadro 20 – CGJ - Núcleo II

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Capacitação em <i>Business Intelligence</i>	Magistrados e servidores
Capacitação em gestão das unidades judiciais (cartório e gabinete do magistrado)	Magistrados e servidores
Capacitação em gestão unificada	Magistrados e servidores
Capacitação em novas tecnologias aplicadas ao Direito e seus impactos na atividade jurisdicional – inteligência artificial, <i>machine learning</i> (aprendizado de máquina), <i>robotic process automation</i> (automatização robótica de processos de trabalho), <i>big data</i> , realidade virtual (metaverso), realidade aumentada, tecnologias de autoatendimento (<i>chatbot</i>), <i>gaming law</i> , <i>visual law</i> e <i>legal desing</i> , reconhecimento de imagem, coleta e preservação de provas digitais, criptomoedas, <i>blockchain</i> , lei geral de proteção de dados	Magistrados e servidores
Capacitação em metodologias de estímulo à inovação e ao pensamento inovador (<i>design thinking</i> , intraempredorismo, <i>benchmarking</i> , <i>design</i> estratégico, <i>brainstorm</i> , análise swot, <i>growth hacking</i> , <i>job rotation</i> , SMART, <i>storytelling</i> , cisne negro, canvas	Magistrados e servidores

Quadro 21 – CGJ – Núcleo II - continuidade

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO- ALVO
Cursos sobre litigância predatória (como identificar e como agir)	Magistrados e servidores
Capacitação em linguagens de programação para automatização de processos de trabalho- nível iniciante	Magistrados e servidores
Capacitação em Excel- níveis iniciante, intermediário e avançado	Magistrados e servidores
Cursos motivacionais para engajamento e propósito (por que fazemos o que fazemos? qual nosso propósito? propósito profundo)	Magistrados e servidores
Cursos sobre transformação digital nas organizações públicas e privadas	Magistrados e servidores
Cursos sobre pensamento sistêmico	Magistrados e servidores

Quadro 22 – CGJ - Núcleo III

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Capacitação em <i>Business Intelligence</i>	Magistrados e servidores
Capacitação em gestão das unidades judiciais (cartório e gabinete do magistrado)	Magistrados e servidores
Plantão judicial	Servidores
Mediadores e conciliadores	Servidores e assessores jurídicos
SEEU	Magistrados e servidores de varas com competência em Execução Penal
Eproc	Magistrados, servidores e assessores jurídicos
Mediadores e conciliadores	Colaboradores externo (peritos, servidores cedidos, etc.)

Quadro 23 – CGJ - Núcleo IV

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Capacitação de assistentes sociais e psicólogos em processos de destituição de poder familiar – adoção	Assistentes sociais e psicólogos
Capacitação de juízes- família acolhedora e audiência concentrada no sistema protetivo	Magistrados
Formação de conciliadores para juizados especiais criminais	Servidores e conciliadores
Capacitação de juízes leigos	Juízes leigos
Capacitação de juízes – sentença criminal oral	Magistrados

Quadro 24 – Coordenadoria estadual da mulher em situação de violência doméstica e familiar (CEVID)

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Unidades criminais em perspectiva de gênero para atuação no enfrentamento da violência doméstica	Servidores (assessores e cartório), magistrados e oficiais de justiça
A atuação do PJSC e as interseccionalidades entre raça, gênero, classe e sexualidade (em módulos)	Público interno do PJSC
Formar para transformar (atuação da rede e nas escolas sobre a violência doméstica contra a mulher)	Servidores, magistrados e rede de enfrentamento da violência doméstica
Gestão de grupos reflexivos para autores de violência	Magistrados
Gestão de grupos reflexivos para autores de violência	Magistrados, facilitadores, servidores de público externo da rede

Quadro 25 – Casa Militar

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Curso de formação inicial à judicância militar	Oficiais militares estaduais que atuam como juizes militares

Quadro 26 – Núcleo de Inteligência Institucional – NIS

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
V Encontro de Inteligência do Poder Judiciário- 2023	Magistrados e servidores
Curso de autoproteção – modalidade tiro tático defensivo	Magistrados e servidores
Curso de autoproteção – modalidade de direção defensiva e evasiva	Magistrados e servidores
Capacitação sobre segurança cibernética	Magistrados e servidores
Curso de instrutor de armamento e tiro para alguns agentes de segurança do NIS	Equipe do NIS
Curso Internacional de Formação de Instrutor TECC e TCCC (instrutor de APH tático) para alguns agentes de segurança do NIS	Equipe do NIS
Capacitação de nivelamento em segurança de dignitários	Equipe do NIS
Capacitação em APH tático	Equipe do NIS
Capacitação em combate veicular	Equipe do NIS
Capacitação para combate em ambientes confinados (CQB)	Equipe do NIS
Capacitação em segurança de autoridades	Equipe do NIS
Capacitação em Inteligência	Equipe do NIS
Capacitação em Direção Veicular – módulo avançado	Equipe do NIS

Quadro 27 – Núcleo de Comunicação Institucional

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Media Training, assessoria de imprensa e gestão de crise	Magistrados e Servidores
Marketing digital	Servidores
Assessoria de imprensa – planejamento e técnicas de atendimento	Servidores
Curso on-line de SEO	Servidores

4.4.2 Unidades administrativas

As necessidades identificadas pelas unidades administrativas compreendem as demandas da Diretoria-Geral Judiciária, da Diretoria-Geral Administrativa e da Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau (seção 3.4.2.1, seção 3.4.2.2 e seção 3.4.2.3).

4.4.2.1 Unidades administrativas da Diretoria-Geral Judiciária

As necessidades identificadas pelas unidades administrativas da Diretoria-Geral Judiciária estão elencadas nos quadros a seguir (do 28 ao 35).

Quadro 28 – Diretoria-Geral Judiciária - DGJ

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Elaboração de minutas de despacho, decisões e sentenças- técnicas jurídicas e linguísticas	Servidores da Diretoria-Geral Judiciária
Língua portuguesa	

Quadro 29 – Diretoria de Documentação e Informações - Divisão de arquivo

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Conceitos básicos de gestão documental	Servidores e estagiários
Classificação arquivística de documentos	Servidores e estagiários

Quadro 30 – Diretoria de Documentação e Informações - Divisão de Atendimento ao Usuário

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Libras	Servidores
Excel Intermediário e Avançado	Servidores
Gestão e preservação de documentos digitais	Servidores
Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD	Servidores

Quadro 31 – Diretoria de Documentação e Informações - Divisão de Documentação e Memória do Judiciário

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Conservação e reparos em documentos de guarda permanente (suporte papel) e em obras raras (encadernações e livros)	Servidores e estagiários
Descrição arquivística de documentos de guarda permanente	Servidores e estagiários
Conservação de objetos museais	Servidores e estagiários
Conservação de acervos fotográficos	Servidores e estagiários

Quadro 32 – Diretoria de Documentação e Informações - Divisão de Pesquisa e Informação

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Integração, intercâmbio e compartilhamento entre bibliotecas e acervos (especialmente dados de catalogação)	Bibliotecários
Conservação de obras raras	Servidores e estagiários
Reparo de livros e revistas	Servidores e estagiários
Redação de mensagens (e-mails, comunicados e textos em geral)	Servidores e estagiários
Organização de eventos, mostras e exposições	Servidores, estagiários e terceirizados

Quadro 33 – Diretoria de Documentação e Informações - Secretaria Técnica de Elaboração Normativa

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Técnica de redação legislativa	Servidores e estagiários
Português- coesão e coerência textual, uso dos conectivos, pontuação e organização textual	Servidores e estagiários
Avançado de Word e Excel	Servidores e estagiários

Quadro 34 – Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual (DCDP)

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Treinamento e capacitação em custas judiciais de 2ª instância, módulo eproc 2G (sistema judicial e DOF)	Servidores da Seção de Preparo, Custas e Recolhimento
Noções de Direito Tributário	Servidores da Seção de Preparo, Custas e Recolhimento
Noções de Direito Processual Civil relativas a custas processuais e legislações esparsas como a Lei da Ação Civil Pública e a Lei de Improbidade Administrativa	Servidores da Seção de Preparo, Custas e Recolhimento
Curso módulo da sessão de julgamento do eproc	Secretaria dos Órgãos Julgadores
Curso avançado das ferramentas do Eproc	Secretaria dos Órgãos julgadores e demais setores de apoio aos gabinetes
TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Legislações que preveem cálculos diferenciados para fazenda pública (contadoria judicial do primeiro grau de jurisdição)	Servidores da Seção de Preparo, Custas e Recolhimento
Curso Office 365	Servidores da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual

Quadro 35 – Diretoria de Recursos e Incidentes – DRI

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Da ordem dos processos no TJSC (Artigos 926 ao 993 do CPC), dos recursos ordinários e dos recursos de superposição à luz da legislação processual vigente, bem como da legislação esparsa (CPP, RITJSC, ECA, CPC: Artigos 994 ao 1044)	Servidores da Diretoria de Recursos e Incidentes- DRI
Eproc: automação, ferramentas, localizadores. Gerenciamento de partes e de procuradores (cadastro, alteração, etc.), conforme regras procedimentais previstas em lei e no RITJSC	Servidores da Diretoria de Recursos e Incidentes- DRI
Recursos Humanos – Aperfeiçoamento A) sistema ERP; b) recursos humanos- gestão de recursos humanos voltados às modalidades de trabalho não presencial. Organização de modalidades de trabalho não presencial (melhor gerenciamento administrativo, funcional, chefia, material e financeiro- visando mitigação de custos, melhoria administrativa geral- qualidade e produtividade- e otimização de trabalho geral)	Servidores da Diretoria de Recursos e Incidentes- DRI
Sistema de Gestão Patrimonial – ERP: consulta e transferência de bens; inventário patrimonial	Gestores da Diretoria de Recursos e Incidentes- DRI

4.4.2.2 Unidades Administrativas da Diretoria-Geral Administrativa

As necessidades identificadas pelas unidades administrativas da Diretoria-Geral Administrativa estão elencadas nos quadros a seguir (do 36 ao 41).

Quadro 36 – Diretoria-Geral Administrativa

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Sustentabilidade corporativa e gestão ambiental aplicada ao PJSC	Gestores e servidores da Secretaria do TJ
Programas de redução das emissões de carbono	Gestores
Inteligência emocional e gestão de resultados	Gestores
Gestão de resíduos aplicada ao PJSC	DIE, DEA e Secretaria de Gestão Ambiental
Contratações sustentáveis	Gestores e servidores da Secretaria do TJ
Inteligência artificial como ferramenta de TI para facilitação do trabalho colaborativo	Gestores e servidores

Quadro 37 – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Atualização quanto às normas de acessibilidade (NBR 9050/2020 e correlatas)	Engenheiros, arquitetos, técnicos e demais servidores lotados na DEA
Capacitação em MS Visual Studio, banco de dados SQL e Visual Basic (VB.NET)	Engenheiros, arquitetos, analistas de sistemas, e técnicos judiciários auxiliares do PJSC
Capacitação para uso de BIM (<i>Building Information Modelling</i>)	Engenheiros, arquitetos e técnicos judiciários auxiliares do PJSC
Atualização quanto à legislação, normas técnicas e instruções normativas elaboradas pelo CBMSC para segurança, prevenção e combate a incêndios	Engenheiros, arquitetos, técnicos e demais servidores lotados na DEA e Assessoria do Corpo de Bombeiros Militar da Presidência
Atualização das normas regulamentadoras (NR) do trabalho: - NR18- Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção; - NR9- Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; - NR8- Edificações; - NR1- Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, - NR3 – Caldeira e vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento; - NR-24- Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho; - NR-35 – Trabalho em altura	Engenheiros, arquitetos, técnicos e demais servidores lotados na DEA
Liderança e gestão de equipes	Engenheiros, arquitetos e técnicos judiciários auxiliares do PJSC
Capacitação em Gestão de projetos	Engenheiros, arquitetos e técnicos judiciários auxiliares do PJSC
Capacitação em Gestão de processos	Engenheiros, arquitetos e técnicos judiciários auxiliares do PJSC
Noções de Orçamento público- aplicação no TJSC	Engenheiros, arquitetos e técnicos judiciários auxiliares do PJSC

Quadro 38 – Diretoria de Infraestrutura

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Nova lei de licitações e contratos (contexto TJSC)	DIE
Requisição de compras (contexto do TJSC)	Servidores
Curso avançado de direção defensiva e evasiva	Servidores da Divisão de Transporte
Orçamento público (contexto TJSC)	DIE
Gestão patrimonial (contexto TJSC- nova resolução)	Gestores patrimoniais

Quadro 39 – Diretoria de Material e Patrimônio

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Resoluções GP n. 29 e n. 58/2022, além da IN DMP n. 01/2021 – INSTRUTOR INTERNO	Servidores que atuam nas contratações diretas
Contratações Diretas na Lei n. 14.133/2022	Servidores que atuam nas contratações diretas
Questões polêmicas e os impactos da nova lei de licitações- ZENITE	Servidores da DLCD e Assessoria
Vícios e erros grosseiros na aplicação da nova lei- ZENITE	Servidores envolvidos nas contratações públicas
Negociação	CPL, Pregoeiros e SF
Plano de contratações anual (a importância do planejamento das contratações e do preenchimento do PCA)- INSTRUTOR INTERNO	Servidores que atuam nas contratações públicas
O papel do agente da contratação nas contratações diretas – INSTRUTOR INTERNO	Servidores da SAD
Excel- básico ao avançado	Seção de Fornecedores
Planilha de custos (dedicação exclusiva de mão de obra)	Servidores da SGL que ainda não fizeram o curso (ou já fizeram há muito tempo) e que atuam nas contratações públicas que envolvem dedicação exclusiva de mão de obra
CrITÉrios e avaliação dos critérios de sustentabilidade nas contratações públicas – INSTRUTOR INTERNO	Servidores que atuam nas contratações públicas
Gestão de Riscos nas contratações públicas	Servidores que atuam nas contratações públicas
Gestão de patrimônio público (incorporação, avaliação e alienação de ativos permanentes)	Servidores da Divisão de Patrimônio
Gerenciamento de processos e projetos	Servidores da DLCD
Gerenciamento de almoxarifado e materiais na administração pública	Servidores da Divisão de Almoxarifado

Quadro 40 – Diretoria de Tecnologia da Informação

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Encontro Anual de TSIs *Solicita-se que o Encontro dos TSIs seja realizado anualmente, em 2 dias e no 2º semestre	TSIs
Segurança da informação e gestão de segurança da informação	Magistrados e servidores
Segurança cibernética	Magistrados e servidores
Desenvolvimento de aplicações seguras	Servidores desenvolvedores da DTI
Acessibilidade e experiência do usuário (UX – <i>User Experience</i>) fundamentos e avançado	Servidores da DTI
Programação Java e programação PHP (básico e avançado)	Servidores da DTI
Windows 11 – básico e avançado	Servidores da DTI e TSIs
Formação básica e avançada de TSI	TSIs e servidores
Sistema operacional Windows – básico e avançado	Servidores da DTI
Gestão da qualidade de <i>software</i>	Servidores da DTI
<i>Business Agility</i>	Servidores da DTI
Desenvolvimento de testes	Servidores da DTI
Metodologias ágeis	Magistrados e servidores
Nova lei de licitações	Magistrados e servidores
Fundamentos e impactos da Lei Geral de Proteção de Danos	Magistrados e servidores
Windows avançado- Abertura de imagens em modo de auditoria e seu correto fechamento para a geração de imagens	Servidores da DTI
SQL e Banco de Dados MySQL e Oracle	Servidores da DTI
Gestão, projetos e lideranças (PMI)	Servidores que atuam no gerenciamento de projetos
Gerenciamento de projetos e de produtos	Servidores que atuam no gerenciamento de projetos
Gestão de riscos com base na ISO 31000	Servidores da DTI
Arquitetura e modelagem de aplicações	Servidores da DTI
Administração de banco de dados – MySQL e Oracle	Servidores da DTI
Excel – básico e avançado	Servidores
Técnicas de redação legislativa	Servidores

Quadro 41 – Assessoria de Planejamento (ASPLAN)

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Liderança e gestão de equipes híbridas/remotas	ASPLAN, diretores e assessores, chefes de cartório
Planejamento e gestão de projetos com uso de ferramentas inovadoras; <i>Design Thinking</i> ; Cursos de “ação disruptiva”	ASPLAN e laboratoristas
Gestão <i>Data Driven</i>	ASPLAN, diretores, assessores, chefes de cartório
Gestão estratégica e OKRs	ASPLAN, diretores e assessores
Tecnologias exponenciais: uso da IA e Metaverso	ASPLAN, DTI, CGJ e Vice-Presidências
Governança corporativa	Desembargadores, juízes auxiliares da Presidência, ASPLAN, diretores e assessores
Aprendizagem organizacional e gestão por competência	ASPLAN, diretores e assessores
Gestão organizacional e tomada de decisão	ASPLAN, diretores e assessores, chefes de cartório

4.4.2.3 Unidades Administrativas da Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau

As necessidades identificadas pelas unidades administrativas da Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau estão elencadas nos quadros a seguir (do 42 ao 45).

Quadro 42 – DSJPG - Gabinete

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Linguagem Simples	Gestores, Assessoria Técnica e Equipes de Atendimento ao Público
Gestão de Projetos (pmbok)	Gestores e Assessoria Técnica
Gestão Visual de Projetos	Gestores e Assessoria Técnica
Design Thinking	Gestores e Assessoria Técnica

Quadro 43 – DSJPG - Secretaria de Suporte a Jurisdição Criminal

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Curso SEEU completo- nível básico	Cartório e gabinete das varas de execução penal e varas criminais
Linha do tempo SEEU	Cartório e gabinete das varas de execução penal e varas criminais
SCCD	Servidoras da Secretaria de Suporte à Jurisdição Criminal

Quadro 44 – DSJPG - Unidade Estadual de Direito Bancário

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Prescrição e prescrição intercorrente (Sob a égide da Lei nº 14.195, de 2021) na Competência Bancária	Equipe de Tramitação e Gabinete da Unidade Estadual de Direito Bancário
Expurgos inflacionários	Gabinete da Unidade Estadual de Direito Bancário
Matemática financeira	Gabinete da Unidade Estadual de Direito Bancário e grupo de trabalho especializado em Direito Bancário da Divisão de Contadoria Estadual
Processo executivo (execução de título extrajudicial e cumprimento de sentença)	Equipe de Tramitação e Gabinete da Unidade Estadual de Direito Bancário
Direito Bancário- juros remuneratórios e moratórios, capitalização, taxas	Equipe de Tramitação e Gabinete da Unidade Estadual de Direito Bancário
Falência e recuperação judicial	Equipe de Tramitação e Gabinete da Unidade Estadual de Direito Bancário

Quadro 45 – DSJPG - DAJ

TEMA PARA FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
Gestão de equipes remotas	Gestores e Assessoria Técnica
Curso power BI	Equipe atendimento ao público
Curso de atendimento ao público voltado ao serviço público	Equipe atendimento ao público
Cursos voltados para gestão de equipes de trabalho	Gestores e Assessoria Técnica
Técnicas de redação para elaboração de manuais e tutorias	Equipe atendimento ao público
Excel avançado	Todos os servidores

5 PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA 2023

Os cursos programados para 2023 estão elencados nos quadros a seguir (do 46 ao 51).

Quadro 46 – Cursos complexos

TEMA PARA FORMAÇÃO	N. TURMAS
Curso Oficial de Formação Inicial de Magistrados	01
Pós-Graduação em Gestão da Inovação	01

Quadro 47 – Eventos de grande porte

TEMA PARA FORMAÇÃO	N. TURMAS
FONAJE	01
FEJESC	01
Congresso de Segurança Institucional	01
Seminários Regionais da Magistratura	02
Congresso da Magistratura	01
Congresso da Magistratura do sul do Brasil	01
Congresso de Direitos Humanos	01
Fórum de Governança	01

Quadro 48 – Cursos credenciados pela ENFAM

TEMA PARA FORMAÇÃO	N. TURMAS
Lei do Marco Civil da Internet	
Direito penal informático	
Direção do Foro e poder correicional nas atividades notariais e registrais	
Execução penal, legislação e aspectos práticos, inspeção, faltas graves, crise do sistema prisional, cumprimento de pena por gestantes, LGBTQIA+, mães responsáveis por filhos que necessitam de cuidados especiais, etc.	
Investigação criminal e quebra de sigilos	
Dissolução de sociedades, recuperação judicial e falência	
Tutelas de urgência e de evidência	
Precedentes normativos	
Judicialização da saúde, saúde suplementar	
Efetividade das decisões judiciais	
Direitos fundamentais e direitos humanos	
Controle de convencionalidade	
Lei de improbidade administrativa	
Lei n. 14.133/2021 (licitações e contratos)	
Tema estratégico da AJ em decorrência das preocupações da CGJ em relação ao baixo índice de audiências de conciliação e mediação. Necessidade de convocar magistrados para o curso FoFo de instrutores em Mediação e Conciliação (ao menos um por circunscrição)	
Justiça restaurativa	

Audiências concentradas	
Direito residual e outros temas	
FOFO- Formação de Formadores- Módulo I- Nível I	
FOFO- Formação de Formadores- Módulo I- Nível II	
FOFO- Formação de Formadores- Módulo I- Nível III	
Formação de Instrutores em Mediação e Conciliação Judiciais	
Aprofundamento para Instrutores em mediação e conciliação judiciais	

Quadro 49 – Cursos permanentes

TEMA PARA FORMAÇÃO	N. TURMAS
Direção Defensiva	
Tiro Tático Defensivo	
Preparação para Pretendentes à Adoção	
Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais	

Quadro 50 – Formação inicial dos servidores e residentes jurídicos (autoinscrição)

TEMA PARA FORMAÇÃO	N. TURMAS
Formação de Residentes Jurídicos	02
Formação Inicial de Servidores: Eproc- Módulo Básico	02
Formação Inicial de Servidores: Eproc- Módulo Cível	02
Formação Inicial de Servidores: Eproc- Módulo Criminal	02
SEEU Básico- Unidades de Primeiro Grau	02
Trabalho Não Presencial no PJSC	02
Relações Interpessoais no Poder Judiciário de Santa Catarina	02
Língua Portuguesa: tópicos gramaticais	02
Atendimento ao Público com Qualidade	02
Nivelamento de Servidores do PJSC e Administração Pública- CNJ	02
Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade	02
Atendimento de Pedidos de Informações Segundo a Lei de Acesso à Informação	02
Avaliação de Desempenho: procedimentos e feedback	02

Quadro 51 – Outros cursos

TEMA PARA FORMAÇÃO	N. TURMAS
Eproc Avançado- Gabinete/Assessoria 1G	
Eproc Avançado- Gabinete/Assessoria 2G	
SEEU Avançado- Implantação de penas privativas de liberdade	
Formação Básica de TSI- Módulo I	
Formação Básica de TSI- Módulo II	
Formação Avançada de TSI- Módulo I	
Formação Avançada de TSI- Módulo II	
Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais	
Formação Inicial à Judicância Militar	
Gestão de Secretarias de Foro	
Técnica na elaboração de Decisões Judiciais	
Avaliação pelo Oficial de Justiça- Imóveis Urbanos e Bens Móveis	
Produtividade nas diligências: a tecnologia a favor dos oficiais de justiça e centrais de mandados	
Introdutório sobre as Atribuições Previstas na LC 501/2010	
Básico de Cumprimento de Mandados- Compreensão e Execução	
Redação de Acórdãos	
Aspectos Gramaticais Relacionados à Elaboração de Sentenças	
Capacitação para a Conciliação em JECRIM	
Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência	
Formação de Facilitadores em Processos Circulares de Justiça Restaurativa	
Curso sobre inclusão e integração de PCDs	
Gestão de Unidades Judiciais Orientada por Dados	15
Supervisão em Depoimento Especial	
Judicialização da Saúde	
Projeto de Vida e Escolha Profissional (...)- Programa Novos Caminhos	
Encontro de TSIs	
3ª Semana de Acessibilidade e Inclusão	
Curso para Juízes Leigos	

6 METAS

É esperado para o final do biênio 2023/2024:

A ampliação do número de magistrados e servidores capacitados com relação a 2022;

A ampliação da oferta de cursos na modalidade a distância;

A vinculação de 100% das ações formativas às áreas de conhecimentos e temas do PDE;

Atender pelo menos 80% das ações formativas indicadas pelas Unidades administrativas/jurisdicionais;

Investir 100% dos recursos destinados para as ações formativas.

7 RESULTADOS E EXPECTATIVAS

Com base no trabalho realizado e nos resultados obtidos será elaborado o planejamento de atividades formativas. Busca-se aumentar a eficiência na formação do quadro de pessoal do PJSC, direcionando melhor os recursos da AJ e otimizando a aplicação dos investimentos, com respaldo em informações concretas.

Adotando essas premissas e as medidas internas necessárias no decorrer do processo, acredita-se no avanço do desenvolvimento e do aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, bem como da gestão de pessoas e das unidades administrativas/jurisdicionais, de forma mais ampla, o que, por consequência, permitirá o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais do PJSC.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diretrizes estabelecidas no PDE figuram como pilares iniciais para a elaboração e execução das ações formativas, servindo, também, para guiar a AJ no cumprimento de sua missão organizacional e para contribuir com o atingimento dos resultados institucionais previstos no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário - 2021/2026. O PDE constitui um instrumento dinâmico condutor de ações capazes de gerar aprendizado destinado a materializar, em serviços, a solução dos conflitos da sociedade catarinense.

Os casos omissos neste PDE serão analisados pelo Diretor-Executivo da Academia Judicial.